

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 08 de setembro de 2025 às 07h52*  
*Seleção de Notícias*

## Jota Info | BR

Propriedade Intelectual

Uso da reciprocidade contra os EUA vai seguir lógica política, mas ainda é o último recurso . . . .	3
<small>VIVIAN OSWALD</small>	

## Carta Capital Online | BR

Propriedade Intelectual

5 dilemas éticos que desafiam empresas no uso da inteligência artificial . . . . .	5
--	---

## IstoÉ Dinheiro Online | BR

Propriedade Intelectual

Corrida da IA no Brasil esbarra em restrições da Lei de Direitos Autoriais; entenda . . . . .	7
<small>ALESSANDRO MARTINS</small>	

## Uso da reciprocidade contra os EUA vai seguir lógica política, mas ainda é o último recurso



Patentes de medicamentos e artigos de luxo são opções que podem incomodar americanos sem causar danos à economia brasileira

Passados 63 dias do gelo que a Casa Branca determinou que fosse dado ao Brasil desde que suspendeu as negociações comerciais, já está claro para o governo que há pouco a se fazer com base no diálogo, sobretudo no momento em que o país define o futuro do ex-presidente Jair Bolsonaro. A avaliação é de que, dada a discrepância econômico-comercial entre as duas nações, o Brasil só tem condições de ganhar uma disputa: a política. O que, por ora, tem de fato acontecido.

E o uso de medidas de reciprocidade é considerado muito mais sob essa lente da política do que como resposta ou instrumento de negociação comercial.

"É uma disputa política, com atores e calendário definidos, peças colocadas. Os movimentos na esfera econômica e comercial vão atender à rationale política", afirma um interlocutor de alta patente.

Mitigando danos econômicos e capitalizando na política

Enquanto busca conter desgastes econômicos, com as medidas anunciadas para socorrer empresas e trabalhadores, o governo não perde uma chance de

transformar a crise em discurso sobre soberania, altivez e patriotismo, ganhando terreno no campo político adversário.

É com esse espírito que finalmente foi apertado o botão para rodar a engrenagem da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que habilitará as opções de retaliação - que na Esplanada dos Ministérios tem sido chamada diplomaticamente de "reciprocidade".

Dar início a um processo de investigação na Camex, que segue os moldes da que os americanos abriram contra o Brasil, é um sinal importante. Se precisar tirar medidas emergenciais da cartola, o governo tem como fazê-lo em questão de meses, ainda que a alternativa continue sendo vista como último recurso.

E se quiser atingir aqueles setores que mais preocupam os EUA, como **propriedade** intelectual e patentes, é preciso começar a se movimentar a partir de agora. Há um rito de etapas a serem seguidas pela recém-aprovada Lei de Reciprocidade Econômica, algo em torno de seis meses.

Se for o caso de usar as medidas emergenciais, pode-se recorrer a tarifas de bens, por exemplo. O governo não gosta da ideia. Aplicar tarifas equivalentes a 50% sobre produtos é tiro no pé, porque pode alimentar a inflação às vésperas de 2026. E este é o maior foco do Planalto no momento.

Retaliação criativa

Mas há sempre soluções criativas à mão. E uma das que têm circulado nos corredores de Brasília é a de se taxarem bens de luxo, que são de consumo final e não afetam cadeias necessárias à produção nacional. A solução tem apelo mais popular e o necessário elemento "irritante" para o xadrez que será jogado até o final deste mandato. Outra carta na manga são as patentes do setor de medicamentos.

Continuação: Uso da reciprocidade contra os EUA vai seguir lógica política, mas ainda é o último recurso

Exercícios preliminares mostram que o Brasil é para os EUA um mercado da ordem de US\$ 1,72 bi anualmente, só na importação de medicamentos. É o sexto item que mais se compra dos americanos, sem vender quase nada de volta. Os números para os bens de luxo são evidentemente mais modestos, mas com simbolismo importante. No rol de opções há, por exemplo, motocicletas, barcos, iates e jet skis. Apenas estes itens juntos equivalem a importações anuais de US\$ 14,16 milhões.

A reação brasileira será calibrada diante da próxima peça movida pelos americanos, possivelmente após a condenação de Bolsonaro. Se o jogo ficar como está hoje - e o governo considera estar ganhando a narrativa - nada muda. No entanto, a expectativa é de que não pare aí. Prova disso foi a intimidatória carta cobrando dos bancos explicações sobre a aplicação da Lei Magnitsky.

## Custo de não fazer nada pode ser alto

É aí que o Planalto vai se debruçar sobre as opções. Afinal, por mais que reconheça os riscos de acionar a reciprocidade, sabe que o custo (político) de não fazer nada pode ser alto, revertendo os dividendos até agora obtidos.

O governo até aqui tem outro trunfo: o respaldo do setor produtivo. A impressão que ficou para as entidades e empresas brasileiras que participaram dos dois dias da audiência pública realizada em Washington no âmbito da investigação comercial aberta pela administração Trump contra o Brasil é de que, sim, o jogo político é determinante. E será longo.

# 5 dilemas éticos que desafiam empresas no uso da inteligência artificial



Executivos já lidam com riscos de privacidade, transparência, **direitos** autorais, emprego e vieses algorítmicos

A adoção da inteligência artificial já faz parte da rotina de mais de 70% das companhias, de acordo com levantamento da McKinsey. Mas, ao mesmo tempo em que gera ganhos de eficiência, a tecnologia trouxe dilemas éticos ainda sem resposta. Questões como **propriedade** intelectual, proteção de dados e impacto humano no trabalho estão no centro da agenda corporativa.

Segundo Kenneth Corrêa, palestrante de inteligência artificial, especialista em dados e professor de MBA da Fundação Getúlio Vargas (FGV), muitas organizações ainda lidam com a IA de maneira reativa. "O futuro aponta para agentes auditores, sistemas de IA capazes de explicar outros sistemas de IA em tempo real", diz o autor do livro *Organizações Cognitivas: Alavancando o Poder da IA Generativa e dos Agentes Inteligentes*.

## 1. **Direitos** autorais e dados usados sem autorização

Ferramentas de IA podem infringir direitos de propriedade intelectual. Exemplos incluem o processo do New York Times contra a OpenAI e o uso de livros pirateados do LibGen pela Meta no treinamento

do LLaMA. Corrêa ressalta que soluções como auditoria da origem dos dados e parcerias com criadores, a exemplo do Adobe Firefly, reduzem o risco.

## 2. Decisões opacas e falta de explicação

Sistemas de IA já foram usados para contratar, filtrar ou demitir pessoas sem critérios transparentes. O problema é o caráter de "caixa preta" dos algoritmos. A McKinsey identificou que 65% dos executivos C-level e 44% de gestores médios utilizam IA generativa com frequência. A saída, segundo especialistas, está em investir em "IA explicável", que traz justificativas e permite revisão manual.

## 3. Automação sem responsabilidade social

O caso da Activision Blizzard, que substituiu parte de seus artistas por IA generativa, expôs riscos de uma automação voltada apenas à redução de custos. "Empresas mais bem-sucedidas enxergam a IA como multiplicadora de talentos, não como substituta", afirma Corrêa. A visão é de que a tecnologia deve ampliar capacidades humanas e até abrir novas vagas.

## 4. Vieses ocultos que reforçam desigualdades

Algoritmos podem discriminar de forma invisível. Um sistema de crédito nos Estados Unidos rejeitou mulheres casadas por variáveis indiretas durante 18 meses. Já o LinkedIn identificou que seu modelo favorecia homens em recomendações de vagas de tecnologia e precisou corrigi-lo. Esses exemplos mostram a necessidade de monitoramento constante para evitar discriminação.

## 5. Privacidade e proteção de dados

Apesar da LGPD no Brasil, a privacidade ainda é um desafio. Informações pessoais usadas para treinar modelos muitas vezes não podem ser apagadas. Há

Continuação: 5 dilemas éticos que desafiam empresas no uso da inteligência artificial

riscos de funcionários inserirem dados sensíveis em ferramentas externas, de reidentificação a partir de dados anonimizados e de uso indevido em novos contextos. Nubank e Magazine Luiza criaram protocolos internos para reduzir essas falhas.

## Caminhos para reduzir riscos

Entre as soluções em teste estão:

IA Auditora: sistemas que monitoram e explicam decisões algorítmicas em tempo real.

Redes de agentes inteligentes: diferentes algoritmos

auditam e explicam uns aos outros, criando checagens automáticas.

Contratos inteligentes de ética: protocolos que interrompem operações em caso de violações, como discriminação ou uso indevido de dados.

Empresas como IBM e Microsoft já trabalham em mercados de auditoria de IA, oferecendo serviços de verificação ética de forma escalável. "A velocidade da evolução tecnológica exige mecanismos igualmente ágeis para garantir governança e responsabilidade", conclui Corrêa.

# Corrida da IA no Brasil esbarra em restrições da Lei de Direitos Autoriais; entenda



Técnica usada para minerar dados esbarra em Lei de **Direitos** Autorais do Brasil

Muito antes de responder dúvidas e ajudar a simplificar tarefas, uma inteligência artificial (IA) passa por um processo de treinamento que envolve a coleta, curadoria e análise de dados.

Uma das técnicas usada nesse processo é capaz de organizar e processar grandes volumes de informação de maneira totalmente automatizada: a Text and Data Mining (TDM), em português, mineração de dados e textos. Mas treinamento tem sido alvo de restrições regulatórias e batalhas judiciais sobre **direitos** autorais.

+ OpenAI incluirá controle para país no ChatGPT após morte de adolescente

+ Dona do ChatGPT abre escritório em SP

"A TDM também é utilizada em outras áreas: em escritórios de patentes, laboratórios e até mesmo pesquisa acadêmica. Na época da Covid-19, ela foi aplicada para conseguir filtrar artigos publicados sobre a doença e conseguir melhores insights das descobertas sobre o vírus", explica Marina Garrote, coordenadora da pesquisa.

Um levantamento do Reglab mapeou legislações autorais de 50 países e identificou que o Brasil faz parte de grupo com mais restrições no uso de TDM para treinamento de IAs, graças a Lei dos **Direitos** Autorais de 1998 (L.9610/98).

Mas afinal, isso é pode deixar o Brasil pra trás na corrida global da IA?

Flexibilizar ou restringir TDM?

Argentina, Chile, Cazaquistão e Rússia são, assim como o Brasil, locais considerados de 'baixa permissividade' para treinamento de IAs.

Em países como Japão e Alemanha o uso da técnica de TDM é expressamente autorizado e permite a comercialização dos resultados. A União Europeia conta com uma diretiva que introduz exceções específicas para TDM, tanto para fins de pesquisa científica quanto para fins gerais, inclusive comerciais.

Nos EUA, a legislação tem o fair use (uso justo), um conceito flexível que permite, em determinadas circunstâncias, o uso de obras protegidas sem autorização, inclusive para mineração de dados.

Mas mesmo com a existência do fair use, a OpenAI e o New York Times travam uma batalha judicial em terras americanas há pelo 2 anos, após o jornal acusar a empresa de violação de **direitos** autorais. No início de 2025, o juiz responsável pelo caso rejeitou uma petição para o encerramento do processo, indicando que nem sempre a flexibilidade legislativa vai favorecer a parte violadora dentro dos tribunais.

Legislação no Brasil

O caso 'New York Times x OpenAI' inspirou o jornal Folha de S. Paulo, que entrou neste ano com uma

Continuação: Corrida da IA no Brasil esbarra em restrições da Lei de Direitos Autorais; entenda

ação contra a OpenAI por concorrência desleal, afirmando que a gigante da tecnologia utiliza seu conteúdo para treinar modelos de IA, além de disponibilizar reportagens na íntegra (inclusive matérias pagas).

"Ao contrário dos EUA, nossa Lei de **Direitos** Autorais não contempla exceções amplas como o fair use, mas sim hipóteses taxativas e bastante restritivas de uso obras sem autorização, como para fins educacionais ou citação", explica o advogado Fernando Canutto, especialista em **Propriedade** Intelectual.

Uma pesquisa feita pela BigDataCorp mostrou que entre 2023 e 2025, o número de empresas que possuem "IA", "inteligência artificial" e termos relacionados à tecnologia emergente em seus nomes cresceu 857% no Brasil.

São Paulo e o Distrito Federal abrigam 47% das empresas do tipo no país, sendo que a capital paulista conta com uma média de R\$ 800 mil investidos por CNPJ.

Os números mostram que o momento exige uma nova análise para avaliar se a legislação atual é capaz de manter o país na corrida global das IAs sem prejudicar titulares de obras protegidas por **direitos** autorais.

"Essas empresas criaram ferramentas poderosas aos custos de uma produção intelectual de milhares de criadores brasileiros. Esses criadores precisam ser reconhecidos e, é claro, remunerados", afirma Mariana Mello, diretora Jurídica da Abramus (Associação Brasileira de Música e Artes), em entrevista à IstoÉ Dinheiro.

Entidades culturais pedem proteção

Em 2024, o Senado aprovou o marco regulatório da inteligência artificial, que busca garantir segurança jurídica e ética no uso da tecnologia, além de proteger os direitos fundamentais.

A Comissão Especial sobre Inteligência Artificial da Câmara dos Deputados, que discute o PL 2.338/23, aprovou um plano de trabalho que prevê a realização de audiências públicas sobre o tema. A próxima sessão ocorre na próxima terça-feira, 9, em Brasília, a partir das 13h30.

"Vamos realizar essas audiências para discutir **direitos** autorais. Pretendo participar dos debates e ouvir os representantes de cada setor para avaliar em conjunto qual será o melhor caminho a seguir", afirmou o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), relator do projeto, em declaração à Dinheiro.

Na última terça-feira, 2, entidades culturais se uniram e enviaram uma carta conjunta à Câmara dos Deputados solicitando proteção a autores e artistas.

Um dos trechos reforça a importância de que "titulares de **direitos** autorais tenham ciência e controle sobre o uso de suas obras no desenvolvimento de sistemas de IA, bem como garantias quanto à eventuais violações".

"A lei atual já protege os titulares das obras, mas eles querem abrir brechas. Estaremos em Brasília e levaremos representantes da nossa classe. A cultura brasileira está sendo usurpada por meia dúzia de empresas, não podemos permitir", alerta Mello.



## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade** Intelectual  
3, 5, 7

**Direitos** Autorais  
5